



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 04 de março de 2026, a Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (B3: CGAS3 e CGAS5), divulga seus resultados referentes ao ano de 2025. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em IFRS e comparadas ao ano de 2024 ou conforme indicado.

Mensagem da Administração

Ao final de 2025, ultrapassamos a marca de 2,8 milhões de clientes em nossa base, o que representa um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior. No exercício de 2025, o volume total distribuído apresentou redução de 0,6%, em comparação a 2024, como resultado, principalmente, da retração no consumo dos segmentos Industrial, Cogeração e Automotivo. Tal redução foi parcialmente compensada pelo aumento do volume distribuído nos segmentos Residencial, Comercial e Termogeração. O segmento Residencial registrou crescimento de 9,6% no volume consumido em relação a 2024, impulsionado tanto pela temperatura média mais baixa no período quanto por um comportamento de consumo mais favorável em relação ao ano anterior. No segmento Comercial, observou-se uma expansão de 0,1% frente a 2024, influenciada pelo aumento de consumo de grandes clientes, com destaque para os setores gastronômico e de hospitalidade. O segmento Industrial apresentou uma retração de 0,2% no volume de 2025 em comparação a 2024. O segmento de Cogeração registrou queda de 13,0% no volume consumido em 2025, quando comparado ao exercício de 2024, refletindo, principalmente, a menor demanda dos setores de celulose e papel e o setor químico. O segmento Automotivo (GNV) apresentou uma redução de 20,2%, frente ao 2024, em função da menor competitividade do GNV em relação aos demais combustíveis, especialmente na frota de veículos leves. A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 11,6 bilhões no exercício, representando uma queda de 25,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciada, sobretudo, pela migração de clientes para o mercado livre. O EBITDA apresentou retração de 1,3%, totalizando R\$ 3,7 bilhões, impactado principalmente pela alteração no mix de vendas entre os segmentos e pela redução de volumes em relação ao período anterior. Os investimentos realizados ao longo do exercício somaram R\$ 1,4 bilhão em linha com o plano de investimentos da Companhia. Ao final de 2025, a alavancagem encerrou em 1,89x. No período a companhia captou R\$ 2,5 bilhões, por meio da 13ª e 14ª Emissões de Debênture, além de ter realizado a distribuição de R\$ 444 milhões em JCP e R\$ 750 milhões em dividendos.

Sumário das Informações

R\$ Mil	2025	2024	2025 x 2024
Total de clientes	2.841.213	2.683.924	5,9%
Volume (mil m³)	4.227.669	4.252.793	-0,6%
Receita Operacional Líquida	11.589.616	15.443.193	-25,0%
EBITDA	3.677.745	3.726.899	-1,3%
Resultado do período	1.546.478	1.792.464	-13,7%
CAPEX	1.417.064	1.533.883	-7,6%
Dívida líquida	6.949.629	6.709.347	3,6%
Alavancagem	1,89x	1,80x	n/a

Volume (mil m³)	2025	2024	2025 x 2024
Residencial	354.126	323.025	9,6%
Comercial	154.876	154.723	0,1%
Industrial	3.450.995	3.457.786	-0,2%
Cogeração	168.253	193.442	-13,0%
Automotivo	96.997	121.502	-20,2%
Termogeração	2.422	2.315	4,6%
Volume	4.227.669	4.252.793	-0,6%
mm³/dia	11,6	11,7	-0,9%

Capital Humano: Em atendimento às recentes atualizações da legislação societária e às melhores práticas de governança corporativa, a Companhia reforça seu compromisso com a transparência, a equidade de gênero e a valorização da diversidade. Nesse contexto, são apresentadas informações relativas à representatividade feminina em sua estrutura organizacional, bem como proporção da remuneração total entre gêneros por nível hierárquico.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
	Total %	Total %			
Conselho de Administração	1 20,0%	1 40,0%	Conselho de Administração	0,26	0,27
Conselho Fiscal (Efetivo e Suplentes)	1 20,0%	2 20,0%	Conselho Fiscal (Efetivo e Suplentes)	1,00	1,00
Diretoria e Presidência	3 30,0%	4 40,0%	Diretoria e Presidência	1,10	0,88
Gerência e Gerência Executiva	34 46,0%	26 43,3%	Gerência e Gerência Executiva	0,90	0,90
Coordenação/Supervisão	33 54,1%	32 52,5%	Coordenação/Supervisão	0,94	0,94
Administrativo	325 50,2%	324 50,9%	Administrativo	0,91	0,90
Operacional	34 9,4%	30 8,3%	Operacional	0,77	0,81

Audidores Independentes: Em conformidade com a Resolução 162/22, a Companhia informa que a empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, não foi contratada para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.260.666	2.188.418	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.366.818	1.638.128
Títulos e valores mobiliários	7	1.402.949	1.022.247	Passivos de arrendamento		9.446	8.128
Contas a receber de clientes	8	902.233	1.387.974	Fornecedores	19	644.696	1.156.722
Instrumentos financeiros derivativos	15	69.736	99.173	Ordenados e salários a pagar		122.935	110.569
Estoques		147.474	149.260	Imposto de renda e contribuição social		41.716	121.959
Recebíveis de partes relacionadas	9 a)	695	5.354	Outros tributos a pagar	10.2	167.672	194.389
Outros tributos a recuperar	10.1	60.042	146.742	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar 23 c)		905	1.065
Ativos financeiros setoriais	11	217.396	208.173	Pagáveis a partes relacionadas	9 a)	133.153	223.829
Outros ativos		32.815	70.239	Passivos financeiros setoriais	11	76.733	64.718
Ativo circulante		4.094.006	5.277.580	Outros passivos financeiros		84.105	132.999
Contas a receber de clientes	8	15.424	9.065	Outras provisões		29.857	22.941
Imposto de renda e contribuição social diferidos 20 b)		69.961	160.617	Passivo circulante		2.678.036	3.675.447
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		20.902	19.855	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	8.173.805	8.151.073
Outros tributos a recuperar	10.1	151.142	116.091	Passivos de arrendamento		34.007	27.761
Depósitos judiciais	21	141.384	137.380	Instrumentos financeiros derivativos	15	230.781	380.290
Instrumentos financeiros derivativos	15	131.876	186.195	Provisão para demandas judiciais	21	47.543	70.413
Ativos financeiros setoriais	11	390.622	509.695	Ordenados e salários a pagar		8.171	7.954
Ativo financeiro indenizável e outros ativos		660.127	424.385	Obrigações de benefício pós-emprego	22	382.170	376.606
Intangível	12	8.430.346	7.764.444	Passivos financeiros setoriais	11	1.931.076	1.749.274
Ativos de contrato	13	793.514	945.415	Imposto de renda e contribuição social		353	–
Direito de uso		47.476	40.771	Outros tributos a pagar	10.2	19.356	18.812
Ativo não circulante		10.852.774	10.313.913	Passivo não circulante		10.827.262	10.782.183
				Total do passivo		13.505.298	14.457.630
				Patrimônio líquido			
				Capital social	23	536.315	536.315
				Reserva de capital		1.201	1.201
				Reserva de reavaliação		239	5.761
				Outros resultados abrangentes		(56.655)	(11.646)
				Reservas de lucros		960.382	602.232
				Total do patrimônio líquido		1.441.482	1.133.863
				Total do passivo e patrimônio líquido		14.946.780	15.591.493
Total do ativo		14.946.780	15.591.493				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	24	11.589.616	15.443.193
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(8.089.763)	(12.122.087)
Resultado bruto		3.499.853	3.321.106
Despesas de vendas	25	(168.230)	(135.406)
Despesas gerais e administrativas	25	(283.580)	(299.193)
Outros resultados operacionais, líquidos	26	(58.714)	186.948
Despesa operacional		(510.524)	(247.651)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos		2.989.329	3.073.455
Despesas financeiras		(1.117.969)	(833.373)
Receitas financeiras		493.499	569.227
Variação cambial, líquida		169.520	(483.683)
Efeito líquido dos derivativos		(441.755)	309.224
Resultado financeiro líquido	27	(896.705)	(438.605)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.092.624	2.634.850
Corrente		(432.303)	(711.220)
Diferido		(113.843)	(131.166)
Imposto de renda e contribuição social	20	(546.146)	(842.386)
Resultado líquido do exercício		1.546.478	1.792.464
Resultado básico e diluído por ação - em Reais:	28		
Ordinárias		11,4227	13,2396
Preferenciais		12,5650	14,5636
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício		1.546.478	1.792.464
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Ganhos atuariais com plano de benefício definido	22	7.615	77.731
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	20	(2.589)	(26.429)
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	14	(75.811)	–
Tributos sobre efeito de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	20	25.776	–
Total		(45.009)	51.302
Resultado abrangente do exercício		1.501.469	1.843.766
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas			
Receitas de distribuição de gás	24	12.753.704	17.388.982
Receitas na prestação de serviços, penalidades e outros	24	369.974	465.749
Perda de créditos esperada	8	(40.306)	(16.994)
Receita de construção	24	1.337.217	1.451.629
Outros resultados operacionais, líquidos	26	(58.714)	186.948
Total		14.361.875	19.476.314
Custos e despesas			
Custo do gás, transportes e outros		(7.299.693)	(12.307.608)
Custos de serviços, materiais e outras despesas		(1.535.592)	(1.625.299)
Total		(8.835.285)	(13.932.907)
Valor adicionado bruto		5.526.590	5.543.407
Retenções			
Amortização	25	(688.416)	(653.444)
Total		(688.416)	(653.444)
Valor adicionado líquido gerado		4.838.174	4.889.963
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		663.019	569.227
Total		663.019	569.227
Valor adicionado total a distribuir		5.501.193	5.459.190
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		321.957	241.514
Remuneração direta		243.144	152.763
Benefícios		60.618	73.394
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)/Outros		18.195	15.357
Impostos, taxas e contribuições		1.947.541	2.292.795
Federais		974.904	1.350.029
Estaduais		904.571	890.892
Municipais		68.066	51.874
Despesas financeiras e alugueis		1.685.217	1.132.417
Juros		1.593.652	1.213.075
Alugueis e arrendamentos		44.251	46.370
Outros		47.314	(127.028)
Remuneração de capitais próprios		1.546.478	1.792.464
Dividendos propostos		750.000	1.250.000
Juros sobre capital próprio		444.246	–
Resultado líquido de destinações		352.232	542.464
Total		5.501.193	5.459.190
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital				Reservas de lucros			Total do	
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	patrimônio líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	536.315	1.201	5.761	(11.646)	107.263	494.969	–	1.133.863	
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.546.478	1.546.478	
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 22)	–	–	–	7.615	–	–	–	7.615	
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	(2.589)	–	–	–	(2.589)	
Perda de valor justo de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, líquidos	–	–	–	(50.035)	–	–	–	(50.035)	
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(5.522)	–	–	5.522	–	–	
Total de outros resultados abrangentes do exercício	–	–	(5.522)	(45.009)	–	5.522	1.546.478	1.501.469	
Dividendos intercalares (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	(750.000)	(750.000)	
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos (Nota 23)	–	–	–	–	–	396	–	396	
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	(444.246)	(444.246)	
Retenção de lucros (Nota 23)	–	–	–	–	–	352.232	(352.232)	–	
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	–	–	(5.522)	(45.009)	–	358.150	–	307.619	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	536.315	1.201	239	(56.655)	107.263	853.119	–	1.441.482	
	Reserva de capital				Reservas de lucros			Total do	
	Capital social	Incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	536.315	1.201	(48.052)	5.761	(62.948)	107.263	1.154.634	–	1.694.174
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.792.464	1.792.464
Outros resultados abrangentes:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (Nota 22)	–	–	–	–	77.731	–	–	–	77.731
Tributos sobre ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	–	–	–	–	(26.429)	–	–	–	(26.429)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	51.302	–	–	1.792.464	1.843.766
Dividendos (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	(1.154.634)	(1.250.000)	(2.404.634)
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	557	–	557
Recomposição de reserva de capital	–	–	48.052	–	–	–	(48.052)	–	–
Retenção de lucros (Nota 23)	–	–	–	–	–	–	542.464	(542.464)	–
Total de contribuições e distribuições para os acionistas	–	–	48.052	–	51.302	–	(659.665)	–	(560.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	536.315	1.201	–	5.761	(11.646)	107.263	494.969	–	1.133.863



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

★ continuação				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
				(Em milhares de Reais)			
		Nota	31/12/2025	31/12/2024	Nota	31/12/2025	31/12/2024
						(737.374)	(953.455)
						3.514.036	2.881.592
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social				2.092.624	2.634.850		
Ajustes por:							
Amortizações				25	688.416	653.444	
Resultado nas baixas de ativos intangíveis				26	43.759	58.971	
Transações com pagamento baseado em ações					197	–	
Provisão para demandas judiciais e parcelamentos tributários				26	9.380	39.740	
Juros, variações monetárias, líquidos					1.098.527	622.363	
Provisão de bônus e participação no resultado					74.542	70.351	
Atualização do ativo financeiro da concessão					(14.164)	(41.764)	
Perdas de crédito esperadas				8	40.306	16.994	
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos				11	212.204	(48.624)	
Reversão de provisões diversas					–	(182.207)	
Outros					5.619	10.929	
					4.251.410	3.835.047	
Variação em:							
Contas a receber de clientes					499.374	(51.470)	
Estoques					(3.832)	(18.071)	
Outros tributos, líquidos					82.432	116.815	
Partes relacionadas, líquidas					(86.050)	208.487	
Imposto de renda e contribuição social pagos					(551.414)	(859.664)	
Fornecedores e outros passivos financeiros					(508.897)	(141.900)	
Ordenados e salários a pagar					(60.292)	(67.410)	
Benefícios pós-emprego					(30.891)	(31.099)	
Outros ativos e passivos, líquidos					(77.804)	(109.143)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
Transações que não envolvem caixa: (i) Aquisições de ativos para construção da rede de distribuição com pagamento a prazo no montante de R\$ 152.638 (R\$ 195.670 em 31 de dezembro de 2024). (ii) Reconhecimento de direito de uso no montante de R\$ 14.204 (R\$ 174 em 31 de dezembro de 2024), relativo a reajustes contratuais enquadrados na norma de arrendamentos. Apresentação de juros: Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores imobiliários, assim como, os juros pagos e capitalizados nos ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio de participação direta de 99,14% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 30 de maio de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021. **Plano Regulatório (Revisão Tarifária Ordinária - 2025/2029):** Em 09 de setembro de 2025, foi publicada pela ARSESP a Deliberação nº 1.709, que aprovou os resultados da 5ª Revisão Tarifária Ordinária (5ª RTO) da Companhia, referente ao ciclo regulatório de 10 de dezembro de 2024 a 9 de dezembro de 2029. A revisão foi conduzida conforme metodologia previamente aprovada pela Agência Reguladora e estabeleceu a Margem Máxima Inicial ^(p). Os resultados da 5ª RTO foram implementados a partir do reajuste de 10 de setembro de 2025, refletindo os parâmetros econômicos e operacionais definidos pela ARSESP, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® *Interpretations*), observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado abrangente, conforme nota explicativa 5. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações utilizando a referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2026.

3. Políticas contábeis, premissas e estimativas materiais

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo. **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i. Nota 8 - determinação do montante de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas; ii. Nota 12 - avaliação da redução ao valor recuperável de ativos; iii. Nota 16 - determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros derivativos; iv. Nota 18 - determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de fornecimento de gás canalizado; v. Nota 20 - determinação das premissas utilizadas nas projeções de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos; vi. Nota 21 - determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais; vii. Nota 22 - determinação das premissas para apuração das obrigações de benefício pós-emprego. **3.3 Impactos relacionados às mudanças climáticas:** A Companhia realizou um estudo de riscos e oportunidades climáticas, abrangendo a totalidade de seus ativos, com o objetivo de fortalecer a compreensão dos impactos das mudanças climáticas na Companhia. Para o exercício de 2025 não houve materialização desses riscos com impactos financeiros a serem divulgados. **3.4 Informações por segmento:** A Companhia adota como base o CPC 22 (Informações por Segmento), inspirado no IFRS 8, o qual requer a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais. Conforme avaliação da Administração, a Companhia atua em uma única atividade operacional de forma integrada e homogênea, com foco exclusivo na distribuição de gás natural dentro de uma única região geográfica, no estado de São Paulo. No exercício de suas atividades, a Companhia atende a dois tipos de mercados principais: clientes cativos, que são atendidos em condições reguladas pela Agência Reguladora (ARSESP), incluindo tarifas e condições contratuais padronizadas, e clientes livres, que possuem maior flexibilidade na negociação de contratos de suprimento, devido à possibilidade de escolha de seus fornecedores de gás natural, também nas condições estabelecidas pela ARSESP. Apesar da distinção entre os perfis de clientes, as operações da Companhia são conduzidas de forma integrada, não

havendo a constituição de unidades de negócio separadas ou segmentos operacionais que atendam aos critérios estabelecidos pelo CPC 22, tais como a geração de receitas e despesas separadas ou a apresentação de informações financeiras individualizadas. As informações por categorias de clientes são elaboradas e apresentadas de forma consistente com os relatórios internos utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais (*Chief Operating Decision Maker - CODM*), que é o Presidente da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho da Companhia como um todo, não havendo avaliação de performance segregada por segmentos. Dessa forma, a Companhia conclui que não possui segmentos reportáveis, não havendo informações adicionais a serem divulgadas em conformidade com o CPC 22.

3.5 Reapresentação da demonstração do valor adicionado ("DVA"): A Companhia procedeu à reapresentação de determinadas rubricas da DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em atendimento à resolução CVM 199/2024, a fim de manter a comparabilidade com o saldo de 31 de dezembro de 2025. A reapresentação resultou nas seguintes reclassificações de valores anteriormente apresentados: (i) Correção dos valores anteriormente apresentados em "Custos de serviços, materiais e outras despesas" no grupo de custos e despesas referente a juros capitalizados, mão de obra gerada internamente e taxas pagas para "Despesas financeiras e aluguéis juros", "Pessoal e encargos - Remuneração direta e benefícios" e "Impostos, taxas e contribuições - municipais" respectivamente. Os referidos valores haviam sido classificados em custos de serviços, materiais e outras despesas, porém, dado a suas naturezas, a correta classificação é nas rubricas apresentadas acima. Tais ajustes, não geraram impacto relevante em qualquer índice no contexto das demonstrações financeiras individuais.

	31/12/2024	Reapre-	31/12/2024
	(Reportado)	sentação	(Reapresentado)
Custos e despesas			
Custos de serviços, materiais e outras despesas			
	(1.851.552)	226.253	(1.625.299)
Total	(14.159.160)	226.253	(13.932.907)
Valor adicionado bruto	5.317.154	226.253	5.543.407
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
	111.982	129.532	241.514
Remuneração direta	41.771	110.992	152.763
Benefícios	54.854	18.540	73.394
Impostos, taxas e contribuições	2.275.050	17.745	2.292.795
Municipais	34.129	17.745	51.874
Despesas financeiras e aluguéis	1.053.441	78.976	1.132.417
Juros	1.134.099	78.976	1.213.075
Total	3.184.207	226.253	3.410.460

8. Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2025	31/12/2024
Contas de gás e serviços a receber	532.504	707.064
Receita não faturada	497.453	776.752
Outros	7.249	5.943
Total	1.037.206	1.489.759
Perdas de créditos esperadas	(119.549)	(92.720)
Total	(119.549)	(92.720)
Total	917.657	1.397.039
Circulante	902.233	1.387.974
Não circulante	15.424	9.065
Total	917.657	1.397.039

Em 07 de março e 05 de junho de 2025, foram emitidas as deliberações ARSESP nº 1.669 e nº 1.691, com vigências a partir de 10 de março e 10 de junho de 2025, estabelecendo acréscimo na tarifa média ponderada de 2,75% e redução de 0,12%, respectivamente. Os efeitos desses reajustes tarifários impactam todas as categorias, com exceção do residencial e comercial. Em 09 de setembro e 09 de dezembro de 2025, foram emitidas as deliberações nº 1.710 e nº 1.754, com vigências a partir de 10 de setembro e 10 de dezembro de 2025, estabelecendo redução tarifária média ponderada de 11,15% e 22,45% respectivamente, para todas as categorias de clientes. A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	31/12/2025	Perda esperada	31/12/2024	Perda esperada
	830.996	(7.243)	1.286.284	(2.538)
A vencer				
Vencidas:				
Até 30 dias	65.564	(1.063)	91.773	(1.148)
De 31 a 60 dias	14.579	(1.945)	10.757	(1.227)
De 61 a 90 dias	9.206	(3.666)	7.636	(1.664)
De 91 a 180 dias	21.950	(14.814)	12.246	(5.080)
Mais de 180 dias	94.911	(90.818)	81.063	(81.063)
Total	1.037.206	(119.549)	1.489.759	(92.720)

As variações nas perdas de créditos esperadas de contas a receber são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(87.818)
(Adições) reversões	(16.994)
Baixas	12.092
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(92.720)
(Adições) reversões	(40.306)
Baixas	13.477
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(119.549)

12. Intangível

Política contábil: Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão:

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. Os ativos da Companhia cuja vida útil exceder o prazo do contrato de concessão têm a parcela correspondente ao excedente reconhecida como um ativo financeiro, corrigido monetariamente, por representar um direito a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **Fidelização de clientes:** A Companhia possui investimentos realizados para viabilizar a ligação de clientes à rede de distribuição de gás, necessários para permitir o fornecimento de gás natural a partir da rede existente. Tais investimentos são reconhecidos como ativos intangíveis, uma vez que estão associados ao direito de fornecimento de gás ao cliente durante o prazo contratual. Esses ativos são amortizados de forma linear ao longo do período de vigência dos contratos. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados. Conforme definido nas deliberações ARSESP nº 1.137 de 05 de março de 2021, 1.372 de 29 de dezembro de 2022 e 1.487 de 12 de janeiro de 2024, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:

		Fideliza-		
	Contrato de concessão	ção de clientes	Outros	Total
Edificações e benfeitorias				2% a 5%
Fidelização de clientes				20% a 50%
Máquinas e equipamentos				3,33% a 20%
Tubulações				3,33% a 4%
Veículos				20%
Outros				10% a 20%

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

	Contrato de concessão	Fideliza-ção de clientes	Outros	Total
Valor de custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.635.945	1.318.984	57.601	12.017.577
Adições	–	–	82.254	82.254
Baixas	(137.738)	(126)	–	(137.864)
Transferências ⁽ⁱ⁾	1.294.231	114.616	(114.633)	961
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.792.438	1.433.474	25.222	13.251.142
Adições	–	–	79.847	79.847
Baixas	(136.590)	–	–	(136.590)
Transferências ⁽ⁱ⁾	1.350.265	68.369	(68.369)	2.263
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.006.113	1.501.843	36.700	14.552.927
Valor de amortização:				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.818.741)	(1.096.427)	–	(2.639)
Adições	(525.581)	(132.627)	–	(1.137)
Baixas	84.454	–	–	84.454
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.259.868)	(1.229.054)	–	(5.492.698)
Adições	(570.628)	(120.229)	–	(1.182)
Baixas	62.156	–	–	62.156
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(4.768.340)	(1.349.283)	–	(4.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.532.570	204.420	25.222	7.764.444
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.237.773	152.560	36.700	8.430.346

Vida útil (ao ano)	2% a 20%	20% a 50%	–	10%	–

⁽ⁱ⁾ Do montante transferido de ativos de contrato, uma parcela foi reclassificada para o ativo financeiro no montante de R\$ 136.590 (R\$ 150.941 em 31 de dezembro de 2024). **Avaliação de redução ao valor recuperável:** A Companhia realiza anualmente revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis e ativos de contrato. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, essa análise não identificou evidências objetivas que exigissem a realização de um teste quantitativo de recuperação de ativos.

13. Ativos de contratos:

Política contábil: Os ativos do contrato representam o direito contratual da Companhia relacionado às obras em andamento vinculadas à concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção. Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.

	Nota	Ativos de contrato
Valor de custo:		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		939.902
Adições	25	1.451.629
Transferência para intangível		(1.446.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		945.415
Adições	25	1.337.217
Transferências para intangível		(1.489.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		793.514
Capitalização de custos de pessoal próprio diretamente atribuíveis à construção dos ativos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram adicionados R\$ 163.556 referente à mão de obra gerada internamente (R\$ 126.771 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Capitalização de custos de empréstimos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados R\$ 79.018 a uma taxa média anual de 13,78% (R\$ 78.980 e 10,47% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Compromissos de investimento: Com a conclusão da 5ª Revisão Tarifária Ordinária, a Companhia reafirma seu compromisso com a expansão e modernização da rede de distribuição de gás no Estado de São Paulo. Para o ciclo regulatório 2024-2029, a Companhia planeja investir aproximadamente R\$ 10 bilhões, destinados à ampliação da infraestrutura, melhoria da qualidade do serviço e suporte à transição energética, valores em moeda de dezembro de 2025. Esse plano permitirá a conexão de mais de 600 mil novos consumidores e a construção de cerca de 3.500 km adicionais de		



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

rede, fortalecendo nossa presença em novos municípios e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da matriz energética do Estado. Considerando que o contrato de concessão adota o modelo de regulação por incentivo, cada ciclo quinquenal é estruturado com base em um plano de negócios eficiente, elaborado à luz da taxa de retorno regulatória vigente *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) definida pelo órgão regulador. Esse mecanismo visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, permitindo a recuperação, ao longo do tempo, dos investimentos prudentes e necessários à prestação do serviço. Assim, a cada revisão tarifária, a Companhia apresenta à agência reguladora um plano regulatório aderentes às premissas econômicas e operacionais do período.

20. Imposto de renda e contribuição social
Política contábil: A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera recuperar ou liquidar, ao final do período de reporte, os valores contábeis de seus ativos e passivos. Dessa forma, os respectivos saldos são determinados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias no momento de sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes. Tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social:**

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.092.624	2.634.850
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(711.492)	(895.849)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Encargos relacionadas à não realização do benefício do pacto federativo ⁽ⁱ⁾	(145)	26.736
Selic indébito ⁽ⁱⁱ⁾	8.690	22.117
Diferenças permanentes (baixas de estoques, doações, brindes, etc.)	(5.291)	(9.598)
Juros sobre capital próprio	151.044	—
Outros	11.048	14.208
Total	(546.146)	(842.386)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(432.303)	(711.220)
Diferido	(113.843)	(131.166)
Total	(546.146)	(842.386)
Taxa efetiva - %	26,10%	31,97%

⁽ⁱ⁾ A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais nº 62.399/2016 e 69.289/2024. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, tendo em vista a consolidação da jurisprudência de forma desfavorável. Assim, com base na IN/RFB 2.184, publicada em 03 de abril de 2024, e no Edital de Transação nº 4/2024, publicado em 16 de maio de 2024, a Companhia iniciou a quitação do passivo, considerando o desconto concedido, no valor de R\$310.142 (R\$184.069 principal, R\$ 56.252 multa e R\$69.821 juros), nos valores atualizados até setembro de 2025. Em 30 de setembro de 2025, foi concluída a liquidação total no valor de R\$310.142. ⁽ⁱⁱ⁾ Considerando os efeitos do julgamento do STF no RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020. Após o deferimento da habilitação pela Receita Federal, a Companhia passou a amortizar o crédito em 1/12 avos por mês que foi finalizado em novembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$39.069 (R\$19.855 em 31 de dezembro de 2024), registrado no ativo refere-se, aos créditos oriundos de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social dos exercícios de 2013 e 2014 e 2020. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos ativos de:		
Passivos financeiros setoriais	284.532	266.003
Provisão para demandas judiciais	16.228	23.940
Obrigação de benefício pós-emprego	129.938	128.046
Perda de créditos esperada	19.209	11.993
Provisões de participações no resultado	28.201	25.431
Risco de crédito sobre dívida	25.776	—
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	25.855	109.211
Outros	32.131	30.298
Tributos diferidos - Ativos	561.870	594.922
Créditos passivos de diferenças temporárias		
Revisão de vida útil	(147.753)	(120.745)
Passivo de arrendamento	(1.368)	(1.661)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	(163.502)	(183.753)
Juros capitalizados	(134.796)	(110.966)
Outros	(44.490)	(17.180)
Tributos diferidos - Passivos	(491.909)	(434.305)
Total de tributos diferidos registrados	69.961	160.617

⁽ⁱ⁾ A Companhia, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação de variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos: i. Impostos diferidos ativos:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Impacto no resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ativo				
Obrigação de benefício pós-emprego	128.046	4.481	(2.589)	129.938
Benefícios a empregados	25.431	2.770	—	28.201
Risco de crédito sobre dívida	—	—	25.776	25.776
Provisões	301.936	18.033	—	319.969
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	109.211	(83.356)	—	25.855
Outros	30.298	1.833	—	32.131
Total	594.922	(56.239)	23.187	561.870

ii. Impostos diferidos passivos

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Impacto no resultado do exercício	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Passivo				
Intangível	(120.745)	(27.008)	—	(147.753)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo de empréstimos	(183.753)	20.251	—	(163.502)
Passivo de arrendamento	(1.661)	293	—	(1.368)
Juros capitalizados	(110.966)	(23.830)	—	(134.796)
Outros	(17.180)	(27.310)	—	(44.490)
Total	(434.305)	(57.604)	—	(491.909)

Total de tributos diferidos registrados 160.617 (113.843) 23.187 69.961

d) Incertezas sobre tratamento de tributos sobre lucro: A Companhia mantém discussões de natureza administrativa e judicial com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a certas interpretações e posições fiscais adotadas na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). A determinação final dessas questões é incerta e pode ser influenciada por fatores externos à Companhia, tais como alterações na jurisprudência e modificações nas leis e regulamentos tributários. Em conformidade com o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia, para cada tratamento fiscal incerto, se é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento utilizado ou planejado na apuração dos tributos. Apenas nos casos que a Companhia conclui que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, são reconhecidos os efeitos da incerteza com base no melhor método de previsão da resolução da questão, seja pelo valor mais provável ou pelo valor esperado. As posições fiscais adotadas pela Companhia são fundamentadas em opiniões de assessores jurídicos especializados. A Companhia está sujeita à revisão das autoridades fiscais em relação ao imposto de renda por um período de até 10 anos, dependendo da jurisdição em que opera. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia obteve êxito integral na discussão de um Auto de Infração que tratava da cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos exercícios de 2015 e 2016. O questionamento da autoridade fiscal estava relacionado à suposta amortização indevida de ágio, bem como às despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP), consideradas em excesso em razão do aumento do patrimônio líquido decorrente da constituição da Reserva Especial de Ágio. Em decorrência do arquivamento definitivo do processo, o valor de R\$ 1.352.075 deixou de ser divulgado como perda possível na nota explicativa de demandas judiciais. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia recebeu Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil por suposta falta de pagamento de IRPJ/CSLL, com cobrança de multa e juros, referente ao ano de 2020, relacionados a mudança do critério de reconhecimento das variações cambiais pelo regime de caixa, adotado no ano calendário de 2020, no montante de R\$ 600.118. Em 31 de dezembro de 2025 o montante total dos valores autuados e em discussão com as autoridades fiscais em que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, era de R\$ 2.884.575 (R\$ 3.386.738 em 31 de dezembro de 2024).

22. Obrigações de benefícios pós-emprego
Política contábil: O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas, as quais são revisadas anualmente pela Administração. Os principais benefícios estão descritos a seguir: **Planos de contribuição definida:** A Companhia é patrocinadora de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Planos de benefício definido: Plano médico:** A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, terão direito ao benefício somente empregados que na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia e, que em 31 de maio de 2000 tenham 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício definidos representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos no resultado. As contribuições realizadas pela Companhia para o plano de contribuição e benefício definido, registradas no resultado, totalizaram R\$ 44.070 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 43.342 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigação de benefício definido inicial	376.606	442.164
Custo dos serviços	—	103
Juros sobre obrigação atuarial	43.967	43.272
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras ⁽ⁱ⁾	—	1.379
Perdas/(ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência ⁽ⁱⁱ⁾	—	(8.994)
Benefícios pagos	(30.891)	(31.169)
Obrigações de benefício definido final	382.170	376.606
Contribuição do empregador	(30.891)	(31.169)
Benefícios pagos	30.891	31.169
Valor justo final dos ativos do plano	—	—
Passivo líquido de benefício definido	382.170	376.606

⁽ⁱ⁾ Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2025	31/12/2024
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes		
Ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras (Perdas)/ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(1.379)	81.661
Ganhos atuariais líquidos	8.994	(3.930)
Ganhos atuariais líquidos	7.615	77.731

As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente, sendo as principais destacadas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa real de desconto	7,27% a.a.	7,31% a.a.
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,50% a.a.
Aging factor	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
	AT-2000	AT-2000
Mortalidade geral (segregada por sexo)	(suavizada em 10%)	(suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada 0,60/(tempo de serviço +1)	UP-84 Modificada 0,60/(tempo de serviço +1)
Rotatividade	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 9,9 anos (sendo de 8,9 anos para 31 de dezembro de 2024). **Análise de sensibilidade:** A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes e, por essa razão, a Companhia realizou análise de sensibilidade para avaliar seus efeitos sobre o passivo. Um aumento de 0,50% na taxa de desconto resultaria em redução de R\$ 16.582 no passivo, enquanto uma redução de 0,50% ocasionaria aumento de R\$ 18.060.

23. Patrimônio líquido
Política contábil: Capital social: Ações ordinárias e preferenciais: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **Dividendos:** Os dividendos mínimos, fixados em 25% no estatuto social, são reconhecidos como passivo ao final de cada exercício. Qualquer valor superior a esse mínimo somente será reconhecido como passivo após a devida aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e registrados como uma redução do patrimônio líquido, com o benefício fiscal correspondente sendo reconhecido na demonstração do resultado. O cálculo e pagamento dos dividendos ocorrem com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras vigentes. **Reserva legal:** Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. O capital subscrito de R\$ 536.315, é representado por 103.863 de ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações para os exercícios apresentados abaixo, e sua composição é a que segue:

	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2025 e 31/12/2024			
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59
Outros	164	0,16	976	3,41
Total	103.863	100	28.658	100

a) Dividendos: Em 2025, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares em duas ocasiões: em 13 de outubro, no valor de R\$ 700.000, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2025, pagos em 31 de outubro; e em 10 de novembro, no valor de R\$ 50.000, com base no resultado apurado até 31 de outubro de 2025, pagos em 26 de novembro de 2025. **b) Juros sobre capital próprio:** Em 2025, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio em duas ocasiões: em 11 de abril, no valor de R\$ 94.246, antes dos tributos, com base nos saldos apurados até 31 de março de 2025, pagos em 30 de abril; e em 10 de novembro, no valor de R\$ 350.000, antes dos tributos, com base nos saldos apurados até 31 de outubro de 2025, pagos em 26 de novembro de 2025.

c) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	332.326	
Dividendos do exercício anterior	1.154.634	
Dividendos intercalares	1.250.000	
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(2.735.338)	
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	(557)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.065	
Dividendos intercalares	750.000	
Juros sobre capital próprio	444.246	
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.194.010)	
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	(396)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	905	
d) Destinação do resultado do exercício:	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	1.546.478	1.792.464
Constituição da reserva legal - 5% ⁽ⁱ⁾	—	—
Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros	1.546.478	1.792.464
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(1.194.246)	(1.250.000)
Percentual destinado ⁽ⁱⁱ⁾	77%	70%
Total do lucro do exercício a destinar	352.232	542.464

⁽ⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve a constituição de reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), que estabelece que, caso o valor da reserva legal ultrapasse 20% do capital social, não será exigida a sua constituição adicional. ⁽ⁱⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve a constituição de dividendos mínimos obrigatórios, tendo em vista que a destinação do resultado do exercício foi superior ao percentual mínimo de 25% estabelecido no Estatuto Social da Companhia. A deliberação sobre o montante da retenção de lucros que exceder o capital social, nos termos do artigo 199 da Lei nº 6.404/76, bem como a destinação integral do lucro líquido do exercício, caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária.

MEMBROS DA DIRETORIA		
Felipe Ferreira Guimarães Figueiredo - Diretor Presidente Andrea Di Benedetto Arantes - Diretora Jurídica e de Compliance Bruno Silva Dalcorno - Diretor Institucional e Regulatório	Henrique Sonja Pereira Penha - Diretor de Suprimentos Lucas Rafael de Freitas Luiz - Diretor de Operações Milena Chamas Bitelli Brito - Diretora de Vendas Monalisa Pedrosa Trouquim Silva - Diretora de Pessoas, Cultura e Sustentabilidade	Paulo Roberto Belem Junior - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Rafael Mattos Alvarez - Diretor de Engenharia e Planejamento Estratégico Thiago Gazoli Trevisan (Diretor Não Estatutário) - Diretor de TI
MEMBROS DO CONSELHO FISCAL		
Alexandre Pedercini Issa - Membro Titular Carla Alessandra Trematore - Membro Titular Guido Barbosa de Oliveira - Membro Titular	Felício Mascarenhas de Andrade - Suplente Genival Francisco da Silva - Suplente Henrique Aché Pillar - Suplente	Marcelo Curti - Membro Titular Mario Augusto da Silva - Membro Titular Nadir Dancini Barsanulfo - Suplente
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Nelson Roseira Gomes Neto - Presidente do Conselho de Administração Antônio Simões Rodrigues Júnior - Vice Presidente do Conselho de Administração	Derica Sayuri Harada Rodrigues da Silva - Membro do Conselho de Administração (Representante dos Empregados)	Luis Carlos Vegini - Membro Independente do Conselho de Administração Renato Aparecido Fontalva - Membro do Conselho de Administração
CONTADOR		
Leonardo Leroy Simis Ratke - CRC 1SP-326956/O-1		



investidores@comgas.com.br
www.comgas.com.br

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS

Companhia de Capital Aberto
CNPJ 61.856.571/0001-17

★ continuação				
PARECER DO CONSELHO FISCAL				
O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou (i) o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) as propostas de Orçamento de Capital referente ao exercício social de 2026 e de destinação do lucro líquido do exercício de 2025, a ser realizada conforme art. 40 do Estatuto Social da Companhia. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., emitido sem modificações, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos e propostas acima referidos estão aptos ao encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.				
Marcelo Curti Presidente e Membro Titular do Conselho Fiscal	Alexandre Pedercini Issa Membro Titular do Conselho Fiscal	São Paulo, 04 de março de 2026 Carla Alessandra Trematore Membro Titular do Conselho Fiscal	Mario Augusto Silva Membro Titular do Conselho Fiscal	Guido Barbosa de Oliveira Membro Titular do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aos Administradores e Acionistas Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS <i>Accounting Standards</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.	
Porque é um PAA Receita de venda de gás fornecida e não faturada - Nota 8 e 24 A receita de distribuição de gás é reconhecida no momento em que o gás é fornecido. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte do gás distribuído não é faturado ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, o qual em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 497.453 mil. O cálculo da receita de gás não faturada envolve dados históricos, tais como tarifa de venda de gás definida pelo regulador e número de dias de consumo não faturado, além da estimativa por parte da administração acerca do comportamento do consumo dos clientes na rede de distribuição no período não faturado em relação ao período faturado. Devido a relevância dos valores envolvidos na aplicação de estimativas e julgamentos pela administração, esse assunto foi considerado como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de receita e contas a receber, bem como dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos, controles e testes substantivos para recálculo da estimativa. Realizamos o entendimento e testamos os processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados, bem como os modelos de cálculo para mensuração e contabilização da receita de gás fornecida e não faturada. Seleção em base amostral, de receitas já faturadas, para inspeção do documento fiscal referente a última medição realizada no mês, com o objetivo de conferir que: (i) a quantidade de dias estimados de consumo obtida a partir da data da última leitura do medidor de gás até a data de fechamento está razoável; (ii) o cálculo do consumo médio diário está conforme a última fatura emitida; e (iii) comparação da estimativa de receita de gás fornecida e não faturada com a receita efetivamente faturada no mês subsequente. Adicionalmente, validamos que o valor da tarifa de venda de gás que está sendo utilizado no cálculo da estimativa, está de acordo com o preço por segmento estabelecido pelo órgão regulador. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.
Mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, ativo intangível e ativos de contrato - Notas 5, 12 e 13 A Companhia possui registrado ativo financeiro indenizável, ativo intangível do contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado e ativos de contrato nos montantes de R\$ 552.653 mil, R\$ 8.430.346 mil e R\$ 793.514 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na rede de distribuição de gás canalizado sujeito à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados; direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de gás; custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras. O reconhecimento desses investimentos entre ativo financeiro indenizável, ativo intangível e ativos de contrato envolve complexidade e julgamento por parte da Administração. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável, ativo intangível e ativos de contrato.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, ativo intangível e ativos de contrato. Efetuamos o cálculo matemático e testamos o modelo utilizado para a classificação dos investimentos entre ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Seleção em base amostral, dos materiais, e serviços aplicados às obras que evidenciam os gastos com infraestrutura, com a inspeção de documentação suporte para os custos capitalizados. Avaliamos se os custos capitalizados atendem aos critérios de capitalização, bem como sua classificação entre ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Recalculamos os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados sobre as obras em andamento além da amortização do intangível do contrato de concessão reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Por fim, efetuamos a leitura e avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos pela administração em relação a esse tema são consistentes com os dados e informações obtidos.

Assuntos

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior
O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2024 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditor Independente Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 4 de março de 2026

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC 1MG091301/O-2

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis eletronicamente no endereço: www.comgas.com.br e no site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>.

ESTADÃO

VODCAST

dois pontos

Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.

Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.

FOTO: PEDRO KIRILOS